

Inclusão escolar de portadores de necessidades especiais**School inclusion of people with special needs**

DOI:10.34117/bjdv6n12-373

Recebimento dos originais: 19/11/2020

Aceitação para publicação: 16/12/2020

Nara Gisele Duarte Silva

Formação: Licenciatura em Letras – Português – Universidade Estadual do Piauí
Bacharelado em Engenharia Ambiental - UNISA
Especialista em Docência do Ensino Superior e EAD - Faculdade da Lapa - FAEL
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA Campus Parauapebas
Rodovia PA 275 km 68,8 – Bairro União, Parauapebas/PA, CEP:68.515-000
E-mail: nara.gisele@hotmail.com

Wesley Antonio Gonçalves

Doutor em Administração - Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, Brasil.
Instituto Federal do Triângulo Mineiro – MG - Campus Patrocínio.
Av. Lúria Terezinha Lassi Capuano, nº 255. Chácara das Rosas,
CEP: 38.740-000, Patrocínio, MG – Brasil.
E-mail: wesleygoncalves@iftm.edu.br

RESUMO

Este estudo possui como objetivo propor medidas que permitam uma sala de aula efetivamente inclusiva para alunos com necessidades especiais. Para isso a metodologia utilizada foi: a revisão crítica de literatura para embasar, teoricamente, a aplicação da pesquisa de campo, sendo feita com referências em educação, educação especial, inclusão social, educação inclusiva, diversidade e educação com deficiência. Neste estudo identificamos que todas as escolas realizam algum tipo de atividade de integração para os alunos, mesmo estando inseridos dentro da sala regular. Concluimos, indicando que mesmo que exista uma lei - n° 7.853/89 que torna obrigatória a inclusão dos deficientes na rede regular de ensino o poder público não investe no ensino suficientemente para que este possa receber este tipo de alunos. Indicamos, portanto, que primeiramente deve haver investimento, depois que os alunos que possuem deficiência auditiva, mental e visual sejam colocados em salas especiais com profissionais especializados e subdivididos nas devidas idades escolares; disléxicos, deficientes físicos e hiperativos devem ser mantidos dentro das salas de ensino regular.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Deficiência.

ABSTRACT

This study aims to propose measures that allow an effectively inclusive classroom for students with special needs. For this, the methodology used was: a critical literature review to theoretically base the application of field research, being made with references in education, special education, social inclusion, inclusive education, diversity and education with disabilities. In this study we identified that all schools carry out some type of integration activity for students, even though they are part of the school regular classroom. We conclude, indicating that even if there is a law - n° 7,853 / 89 that makes it mandatory to include the disabled in the

regular school system, the government does not invest in education sufficiently so that it can receive this type of students. We therefore indicate that investment must first be made, after students with hearing, mental and visual disabilities are placed in special rooms with specialized professionals and subdivided into the appropriate school ages; dyslexics, physically disabled and hyperactive people must be kept inside the regular teaching rooms.

Keywords: Education; Inclusion; Deficiency.

1 INTRODUÇÃO

A realidade da educação no Brasil, principalmente a educação pública é alarmante. Isso quer dizer que a situação da qualidade e oferecimento da educação através das instituições escolares está cada vez menor, ou melhor, muitas vezes as vagas nas escolas aumentam, porém, esse aumento não é acompanhado pela qualidade do ensino. (SILVA, 2010)

Mesmo a educação de qualidade sendo considerada um direito de todo cidadão, sendo garantido constitucionalmente, as políticas públicas que deveria propiciar acesso a este direito são, na maioria das vezes, ineficazes, pois observamos diversas crianças fora da escola e mesmo quando se encontram dentro dela, muitas vezes ou abandonam por falta de estímulo ou terminam seus estudo sem, ao menos, saber ler.

Se o acesso ao direito educação é restringido para as pessoas ditas normais imagina como isso ocorre para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Para esse pública, o acesso é menor tanto em instituições públicas quanto em privadas de ensino quando se trata do ensino regular.

Apesar de existir a Lei Federal nº 7.853/89 que assegura o direito da pessoa com deficiência sua inclusão na rede regular de ensino. Porém, apesar de existir esta lei, a mesma não é cumprida conforme deve, pois nem sempre as escolas, os professores e nem mesmo a comunidade, estão preparados para receber alunos com deficiência, ou seja, o poder público desenvolve e publica a lei, mas não investe no ensino a ponto que o mesmo possa cumpri-la. (MRECH, 2010)

A realidade da inclusão, de um modo geral, das pessoas com deficiência, seja ela de qualquer tipo, é bastante dramática, pois a ignorância acerca da deficiência faz com que não somente as necessidades dessas pessoas não sejam atendidas como também exista preconceito contra elas, deteriorando ainda mais sua situação.

Quando se trata da inclusão dentro do ensino regular, a realidade é ainda pior, pois não depende apenas da vontade da pessoa com deficiência e de seus familiares, mas do governo e

de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e, também, não podemos deixar de lado, a própria comunidade.

No meio acadêmico é possível observar grandes discussões acerca da inclusão das pessoas com deficiência tanto na sociedade quanto no sistema regular de ensino, porém poucos estudos indicam um caminho efetivo a seguir, ou seja, indicando medidas efetivas para propiciar uma educação realmente inclusiva, afastando preconceitos tanto dos outros alunos, dos professores, quanto da própria sociedade. (BRASIL, 2006)

Desse modo, podemos fazer com que os problemas que ainda estão a resolver através dessas novas pesquisas e, neste sentido, colocamos a seguinte questão a ser investigada: quais são as reais necessidades dos alunos e os tipos de medida para propiciar um ambiente agradável e inclusivo na sala de aula?

Visto a falta de estudos que indiquem medidas eficazes que efetivamente incluem o deficiente dentro da escola de ensino regular, ainda mais voltados à necessidades de cada comunidade e/ou região do país. Neste sentido, o presente estudo se justifica em sua atuação acadêmica, visando produzir conhecimento prático e apontar medidas que podem ser utilizadas dentro da sala de aula para que a escola seja efetivamente inclusiva.

Socialmente, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de uma conscientização das pessoas para que entendam que as diferenças fazem com que a cultura se enriqueça bem como o aprendizado das crianças e que a diversidade não é algo que deve ser deixada de lado e sim absorvido por todas as instituições sociais, quebrando as barreiras do preconceito através do conhecimento.

Na escola, pretende-se demonstrar que a inclusão dos alunos com deficiência além de ser garantida por lei, deve ser garantida pela realidade da inclusão, pelo zelo dos professores, da escola e de toda a comunidade, bem como todo um processo de ensino e aprendizagem.

A sociedade inclusiva tem como escopo principal oferecer oportunidades semelhantes para que cada pessoa possa viver de forma autônoma. Sendo assim, a sociedade inclusiva é democrática, enxerga todos como livres, iguais, e com direito a exercer sua cidadania. É fraternal, atinge todas as pessoas, respeitando sua dignidade.

Para uma sociedade é preciso se tornar inclusiva, é preciso que todos cooperem em um esforço coletivo em busca de respeito, liberdade e igualdade.

O termo inclusão indica que a sociedade deve mudar. Para isso, as palavras e expressões devem ressaltar os aspectos positivos e promover mudança de atitudes diante das diferenças. É nosso dever prover meios para que todos os indivíduos possam ser incluídos

Neste estudo o objetivo é analisar a democratização da gestão escolar, verificar como a participação influem na democratização administrativa, para autonomia e melhora da qualidade da escola. A gestão democrática educativa, recoloca a escola no centro social debatendo suas ações e objetivos. O objetivo geral deste estudo será propor medidas que permitam uma sala de aula efetivamente inclusiva em todas as escolas. Revisando a literatura existente sobre inclusão social; inclusão sobre as pessoas com deficiência na sociedade e na escola, analisando medidas utilizadas para a inclusão de pessoas com deficiência.

A metodologia utilizada neste estudo foi a revisão bibliográfica de literatura em educação, educação inclusiva, educação especial, inclusão social e deficiência. Serão utilizados neste trabalho a pesquisa bibliográfica, baseada em artigos científicos e livros, que permite maior conhecimento; e a pesquisa documental, permitindo acesso a documentos como reportagens, relatórios de pesquisa, documentos, entre outros.

2 A INCLUSÃO SOCIAL

O termo “inclusão social” é utilizado em tão larga escala e para tantas coisas que se tornou um termo corriqueiro que vem perdendo significado ao longo de sua trajetória. Significado este, que configura uma ação importante não somente realizada por organizações não governamentais, mas pelo Estado e pela própria sociedade.

Quando definimos um termo, infelizmente nos vemos numa tarefa de limitação dele, mesmo que o fenômeno seja de grande influência social. Porém, essa limitação se torna necessária para que nosso estudo não caia nos termos corriqueiros observados atualmente.

Neste sentido, podemos começar pela definição da palavra inclusão. Buzato (2013), coloca que o referido termo é, atualmente, mais utilizado para “descrever um objetivo ou ideal, que expressões como cidadania, dignidade ou justiça social talvez descrevessem melhor se não estivessem desgastadas pela hipocrisia do nosso dia-a-dia”. Ainda, para o autor, a palavra inclusão possibilita obter maior número de interlocutores.

Na maior parte dos casos, porém, quem fala em inclusão fala do lugar de incluído, isto é, fala como alguém que se entende como pertencente a um contexto estável e homogêneo no qual o objetivo ou ideal que aqueles termos desgastados descrevem teria sido plenamente alcançado, alguém que já definiu aquilo que é, tem ou faz como o bom e necessário para todos, e que está disposto a trazer para esse mesmo espaço o excluído, isto é, aquele que, por influência do destino, da natureza, da tradição, de seus próprios hábitos, da sua própria ignorância ou de alguma fatalidade histórica, não adentrou tal condição (BOZATO, 2013, p. 326).

Podemos então, perceber que quando se fala de uma pessoa incluída ou excluída, partimos do princípio que a pessoa incluída percebe sua condição como qual e, desse modo, traz para si a incumbência de incluir os que são excluídos por algum fator do destino. Porém, não podemos pensar assim, pois nem sempre nos percebemos incluídos, bem com nem somos todos bons samaritanos que lutam pela inclusão daqueles que se dizem o que são ditos excluídos.

Se optarmos pela definição de que inclusão é simplesmente unir aqueles excluídos aos incluídos, vamos observar uma condição de hegemonia, ou seja, partindo para um processo que existe uma subordinação de significados, valores, crenças de grupos subalternos ao de uma classe superior, conforme Buzato (2013), tudo isso acontecendo por meio da direção correta e do consenso.

A inclusão social, então, partiria para a questão de que todos devem ser iguais e ter as mesmas condições sem diferenciação de classe, raça, sexo etc. Porém, é nesta homogeneização que mora o perigo, pois a partir do momento em que se dá condições iguais de acessos aos direitos fundamentais à pobres e ricos, os pobres acabam saindo em desvantagem, sendo necessário políticas que efetuem esse acesso tendo em vista a população que carece muito mais pelos direitos, serviços etc.

2.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeiramente, sentimos a necessidade de ressaltar que mesmo possuindo laços íntimos e caminhando juntas, educação especial e educação inclusiva não são a mesma coisa. Educação especial, conforme definição do Ministério da Educação - MEC, através de sua Secretaria de Educação Especial, é a educação voltada para o público específico de portadores de necessidades especiais, sendo elas: física, mental e com distúrbios de aprendizagem, entre outras. A educação inclusiva, é a educação, como o próprio nome diz, que inclui todos os alunos dentro do sistema regular de ensino.

Vemos ainda, a educação inclusiva como uma ferramenta de disseminação da educação para todos os públicos sejam eles pobres, de todas as raças, de todos os sexos, como ou sem necessidade especial etc. Porém, conforme visto nos documentos oficiais, principalmente os editados pelo MEC a educação inclusiva, neste estudo, fala sobre a educação especial, ou seja, a educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais.

A educação no Brasil foi construída, resumidamente, como uma educação colonial em prol da metrópole portuguesa. Foi, ao longo de sua história, uma grande demonstração de reprodução de paradigmas educacionais vindos dos Estados Unidos e Europa, nem sempre

corretamente adaptados à realidade e peculiaridades da sociedade brasileira. Segundo Alves et al (2012), ao analisar o processo histórico da educação no Brasil, sua constituição e desdobramentos nos deparamos com o entendimento da educação especial enquanto um apêndice do sistema geral de ensino. O sentido a ela atribuído tem sido o de assistência a crianças e jovens deficientes e não o de educação de alunos que têm necessidades educativas especiais.

Segundo Mrech (2010), as exigências educacionais que são oriundas das demandas da sociedade capitalista para a formação profissional - historicamente vêm determinando esta compreensão, fundamentada no entendimento de que somente o saber especializado garante o atendimento ao portador de deficiência. Na perspectiva dessas exigências podemos dizer que é considerado diferente da espécie, portanto não pode aproveitar os processos correntes de escolarização e integração social, necessitando de formas especiais para realizar o que os normais fazem de forma espontânea.

A educação especial, por sua vez, tem desenvolvido seu trabalho pedagógico praticamente centrado nas peculiaridades desta população, reduzindo sua ação de tal forma que o fundamental de sua prática transita entre a abordagem clínica e a assistencial. Observamos isso nas escolas existentes apenas para pessoas com necessidades especiais e, ainda, escolas separadas por tipo de necessidade: escolas para deficientes físicos, deficientes mentais, deficientes auditivos, deficientes visuais etc.

Alves (2012), menciona que quando a educação é institucionalizada, ou seja, é feita dentro da escola, busca-se adotar uma proposta de ensino com os conteúdos sistematizados, utilizando-se métodos técnica e materiais didáticos específicos para cada tipo de necessidade que um determinado grupo de alunos possua, diferentes dos utilizados em escolas regulares que acabam, conforme os autores, pautada numa abordagem tecnicista, reducionista que prioriza a forma em detrimento do sujeito.

Ainda segundo os autores,

Fundamentada numa concepção a-histórica, esta abordagem desconsidera o saber acumulado, espera dos alunos comportamentos definidos via memorização de conteúdos homogeneizados e considera a sociedade ideal como somatório de indivíduos que sabem gerenciar, controlar, administrar e planejar (ALVES et al, 2012, p. 3).

A educação especial, hoje, em busca da superação de sua condição de apêndice, participa no processo de discussão e redimensionamento da presente proposta curricular. Isto demarca

um momento histórico importante na caminhada para efetivamente possibilitar um sistema educacional mais abrangente, menos excludente, ou seja, que seja efetivamente inclusivo.

A educação é para vida toda. E desde sua origem a educação é exemplo de mudanças e aperfeiçoamentos, atualmente em relação ao processo educativo, vive-se uma oportunidade, de mudanças significativas e valiosas para a área. (MRECH, 2010, p. 37-40).

A sociedade inclusiva tem como escopo principal oferecer oportunidades semelhantes para que cada pessoa possa viver de forma autônoma. Sendo assim, a sociedade inclusiva é democrática, enxerga todos os seres humanos como livres, e poder exercer sua cidadania. É fraterna, a todas as camadas sociais, todas as pessoas, respeitando-as em sua dignidade. (GLAT, 2011, p. 26).

Para uma sociedade ser inclusiva, é preciso cooperar coletivo de sujeitos que buscam respeito, liberdade e igualdade. A inclusão dos alunos com necessidades especiais é o resultado entre o movimento de educação inclusiva e busca de escola de qualidade para todos.

No Brasil a inclusão, teve início com a desenvolvimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que define Educação Especial, como a modalidade de educação escolar, oferecida para educandos com necessidades especiais.

Segundo Werneck (1997) o movimento pela inclusão, foi explicitado pela Resolução 45/91, que defendia a sociedade para todos. Seguiu-se para Pessoas Portadoras de Deficiência, consolidando os princípios que vêm sustentando a construção da cidadania.

A inclusão educacional necessita do suporte da Educação Especial, incluindo uma rede de apoio. Assim, para que a educação inclusiva tenha sucesso é necessário que exista toda uma estrutura para que a mesma possa ocorrer. Primeiramente devem vigorar políticas públicas educacionais eficazes de uma forma geral, e políticas específicas à educação inclusiva, pois a mesmas posem características peculiares em relação ao ensino, além de políticas de saúde e assistência social a esse público. (RODRIGUES, 2013, p.15)

Destaca-se que especiais devem ser as alternativas e estratégias que a prática pedagógica deve remover obstáculos na aprendizagem de todos, não importando, a deficiência, mas, não deixando as características serem consideradas no planejamento administrativo e pedagógico. (MARTINS, 2012, p.35).

2.2 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A necessidade e de ressaltar que educação especial e educação inclusiva não são a mesma coisa. Educação especial, é a voltada para o público específico de portadores de necessidades especiais, A educação inclusiva inclui todos os alunos dentro do sistema de ensino.

A educação inclusiva dissemina a educação para todos os públicos. Porém, editados pelo MEC a educação inclusiva, fala sobre a educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais.

No Brasil a educação foi construída, como uma educação colonial em benefício da metrópole portuguesa, nem sempre corretamente adaptados à realidade e peculiaridades da sociedade brasileira.

Segundo Alves (2012), ao analisar a educação no Brasil, nos deparamos com a educação especial como extensão do sistema de ensino como assistência a crianças e jovens deficientes.

Segundo Mrech (2010), as exigências educacionais vêm determinando esta compreensão, fundamentada em que somente o saber especializado garante o atendimento ao deficiente. Na perspectiva dessas exigências podemos dizer que é considerado diferente por não aproveitar os processos de escolarização e integração social.

A educação especial, tem desenvolvido seu trabalho reduzindo sua ação onde o fundamental transita entre a abordagem clínica e assistencial. Observamos isso nas escolas existentes apenas para pessoas com necessidades especiais e, escolas separadas por necessidade.

Segundo Alves (2012), quando a educação é feita dentro da escola, busca-se adotar uma proposta de ensino com métodos técnica e materiais didáticos específicos para cada tipo de necessidade que um determinado grupo de alunos possua, diferentes dos utilizados em escolas que prioriza a forma em dano do sujeito.

Atualmente a educação especial, busca a superação de sua condição, no redimensionamento da presente proposta curricular. Definindo um momento histórico para possibilitar um sistema educacional efetivamente inclusivo.

3 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar não é um processo dissociado de outros, igualmente sociais. É preciso considerar os mecanismos adotados pela sociedade, de acordo com o desenvolvimento econômico no país. (BARBOSA, 2008)

O Brasil procurou afirmar-se em um modelo nacional, expandindo através das importações de bens não duráveis por duráveis.

Com a internacionalização do capital enchendo as cidades, e a migração de populações rurais buscando trabalho. Mas as cidades não foram capazes de absorver toda a mão-de-obra., as exigências do trabalho industrial não puderam ser atendidas, devido ao despreparo dos camponeses.

A intervenção do Estado na vida urbana se deu através de ações de instalação, expansão e melhoramento de infraestruturas necessárias ao capital. Os acontecimentos concomitantes são carregados de tensões sociais e diferenças entre as classes. (BLANCO, 2015)

A exclusão social cresceu, principalmente entre crianças que mudavam de denominação, devido a sua condição de pobreza: eram abandonadas, carentes se vagavam pelas ruas. Ao ser chamada de menores, perdiam sua característica infantil e passavam a ser vistas como perigosas, precisando proteção judicial.

Apesar dos avanços com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), continuam como menores e meninos de rua, em vez de crianças, como são nos segmentos mais favorecidos na sociedade.

Convivemos, com altos e desigualdades sociais. O longo período de recessão e instabilidade deixou como resultado níveis elevados de desigualdade social e regional, tornando o Brasil um dos países mais perversos em distribuição de renda.

Os excluídos do acesso e posse dos bens e serviços historicamente acumulados é extremamente numeroso.

São variados os efeitos da exclusão, a autoestima dos excluídos vai se estruturando em autoimagens negativas. A menos valia que se desenvolvem, intensificam comportamentos de apatia, acomodação, ou reações violentas, como defesa. A sociedade que cria e mantém mecanismos de exclusão, desenvolve políticas assistencialistas que, não resolvem, a natureza reprodutiva dos problemas cujos efeitos pretendem compensar, a exclusão e segregação.

A exclusão produz, efeitos econômicos, políticos, culturais. Economicamente, pessoas excluídas não saem da dependência ou pobreza. Constatamos, que um percentual da população sofre por não ter acesso aos bens e aparatos produzidos na pós-modernidade.

O aspecto político, e a principal consequência da exclusão na qualidade da cidadania e participação dos excluídos no país. A política os coloca na condição de subalternidade, massa de manobra distantes da emancipação. (ONU, 2006)

2.1. ADAPTAÇÕES

Quando falamos em livres para aprender estamos tratando diretamente do acesso da pessoa com deficiência à um direito garantido constitucionalmente e por lei que é a educação pública e de qualidade e que seja na rede regular de ensino. Devemos, portanto, observar algumas características principais para quando falarmos em inclusão das pessoas com deficiência no ambiente regular de ensino, pois diversas estruturas deverão e serão modificadas e, uma delas, é o preconceito. (LUKE, 2009)

Este preconceito não é apenas aquele de não querer estar perto, ou de não querer se relacionar com uma pessoa que seja de raça, religião, cor, sexo diferente de você mas aquele preconceito que a priori condenada as crianças que possuem deficiência como se elas não pudessem aprender e que precisa estar junto de outras crianças também com deficiência para que o processo de ensino e aprendizagem especializado possa abarcar suas necessidades e, desse modo, não influenciará negativamente o processo pedagógico daquelas crianças que não possuem qualquer tipo de deficiência.

Neste sentido, as adaptações tanto dos quesitos físicos da escola, quanto da formação dos professores, da conscientização dos alunos e da comunidade devem ser realizadas, para que o aluno com algum tipo de deficiência possa ser efetivamente incluído dentro do ensino regular, mesmo que seja numa sala para educação especial.

As adaptações de que falamos podem ser de diversos tipos. Primeiramente, quando falamos em inclusão de crianças que possuem algum tipo de deficiência logo pensamos em adaptações físicas da escola como a construção de rampas, instalações de corrimões nos banheiros e em ambientes necessários, adaptação dos banheiros, instalação de telefones especiais para pessoas com problemas auditivos, dentre outras adaptações físicas do prédio da escola. (CARVALHO, 2008)

Porém, devemos falar também nas adaptações da escola de um modo geral, como adaptação dos professores através de conscientização e qualificação para a sua prática com a criança com necessidade especial de ensino e aprendizado, bem como a quebra de seus preconceitos, pois sabemos que muitos professores, por não estarem preparados para lidar com

alunos com deficiência, acabam por afirmar que a educação destes no meio regular não é adequada.

Temos que falar também da adaptação da própria comunidade escolar, pois os alunos como a comunidade em volta da escola, precisam saber conviver com a diversidade e não somente “aturar” algo porque é politicamente correto. Adaptar a população à prática da cidadania e da efetiva inclusão do indivíduo com deficiência.

A quebra de preconceito é uma das peças mais importantes desse quebra cabeça que é a inclusão social da pessoa com deficiência no ensino regular, pois demonstrar à sociedade que o deficiente possui capacidades para viver na sociedade é extremamente difícil, uma vez que, o ser humano não convive bem com as diferenças. (MACHADO, 2007)

Porém, sem derrubar preconceitos não será possível uma efetiva inclusão do deficiente dentro da sala de aula, realizando as mesmas atividades e em conjunto com crianças que não possuam deficiência.

E, por fim, a adaptação do material pedagógico conforme a necessidade que o aluno apresente que será de acordo com sua deficiência. Desse modo, livros em Braille para deficientes visuais, professores e/intérpretes de LIBRAS para deficientes auditivos, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pode ser visto no estudo, a educação especial ainda necessita de muitos avanços, mas os que já se possui são bastante significativos se comparados, por exemplo, ao início do século XIX, quando as crianças deficientes eram deixadas de lado em qualquer tipo de ocasião social, principalmente em se tratando da educação.

Atualmente, a educação tem tido avanços no que cerne à questão pedagógica e, também, tecnológica na educação especial. Um melhor preparo dos professores e desenvolvimento de tecnologias e materiais didáticos específicos para as deficiências são de grande valia para o público especial, principalmente as crianças. Porém, ressalvas devem ser feitas. A preparação dos professores se faz em cursos de especialização, sejam de extensão universitária ou de pós-graduação, e quase sempre se dirigem a instituições especializadas de educação especial, o que subtrai a qualidade deste tipo de ensino na educação.

Dessa formação defasada, vem a escassez de técnicas de ensino eficazes da educação especial no ensino. Se um professor não recebe essa formação necessária na graduação e não possui recursos para cursos de especialização, ele não poderá se adequar às exigências dos

alunos com necessidades especiais. Dessa forma, o aluno especial ou é deixado à margem do processo de ensino-aprendizagem, ou ele nem se quer é aceito no ambiente escolar.

A culpa, não é do professor, no entanto. Não é somente o professor o responsável por desenvolver técnicas e maneiras mais eficazes de trabalhar com esses alunos e sim todo o sistema educacional. Mas não bastam somente políticas públicas bem escritas se elas não podem ser colocadas em prática, pois não existem meios para tal. Não basta dizer que a educação especial é direito se não é dado meios para o acesso, ou se quer, se ela existe para todos os que ela necessita.

Além de um professor capacitado é necessário recursos financeiros para adequação à realidade que a educação possui que é o atendimento às pessoas com necessidades especiais no ensino. É material didático de qualidade e adaptado a cada necessidade especial em Braille para cegos, auditivo para surdos etc -, quebra de barreiras arquitetônicas e a efetiva inclusão desses alunos com necessidades especiais.

A educação não mais deve servir como reprodutora dos interesses da sociedade capitalista e nem a escola deve ser seu instrumento para tal. O objetivo da educação não deve ser a formação de pessoas para o mercado de trabalho ou que tenham que atender às demandas deste. A educação deve promover a formação humana, desenvolver o conhecimento não somente de matérias, disciplinas etc, mas do outro, da igualdade e da diferença e, acima de tudo, de que a sociedade é passível de mudanças, de mudanças também positivas, sejam elas em qualquer âmbito, mas sejam elas existentes e realizadas por esses mesmos alunos que a escola deve – ou pelo menos deveria – formar.

A presente monografia aborda um breve histórico sobre os períodos da educação especial e da educação inclusiva, seu surgimento e seu início dentro da história. O presente texto nos remete a reflexão sobre os passos advindos da inclusão. Também houve a discussão sobre o papel do professor e sua influência nas relações e como este é importante na construção de valores éticos.

Neste contexto também foram relatadas as leis, políticas e dispositivos legais que servem de apoio para verificar as mudanças ocorridas para incluir pessoas com necessidades especiais.

Em uma sociedade tão preconceituosa como brasileira, a pretensão foi demonstrar que a inclusão pode ser uma realidade nas escolas.

Através de todos os estudos realizados foi possível constatar que é indispensável que o professor tenha uma formação continuada e aperfeiçoe seus conhecimentos, pois o mundo está

em constante evolução apresentando novos desafios e novas descobertas sobre a forma de analisar e compreender a aprendizagem.

O educador que a psicogênese necessita, precisa ter vontade de aprender, curiosidade para saber como as crianças pensam sobre o objeto de conhecimento, e sinta-se entusiasmado a experimentar metodologias e recursos dinamizadores e individualizados em sua prática, precisando está preparado para argumentar e decidir por que é interessante propor uma atividade a seus alunos, fundamentando-a minimamente em relação a sua prática e da aprendizagem que quer conduzir.

Vimos que o processo de comunicação se realiza à medida que a integração criança-meio se aprofunda e que a linguagem se desenvolve. O conhecimento implica uma série de estruturas construídas progressivamente por meio da contínua interação entre o sujeito e o meio físico e social. Portanto o ambiente escolar, deve ser estimulante e favorecer esta interação e, para isso, deve estar fundamentado numa proposta de processos dinâmicos subjacentes à construção das estruturas cognitivas.

Partindo das reflexões desenvolvidas que o pedagogo seja desempenhando o papel de orientador ou coordenador das duas formas atuam como gestor de educação.

Cabendo ao professor realizar seu trabalho voltado a igualdade e oportunidade a todos, exigindo o poder oferecer a cada indivíduo o melhor para atender às necessidades.

Para os professores trabalharem na educação inclusiva são necessárias mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os alunos com dificuldades. Sendo essencial que o professor busque mediar esse trabalho para garantir um esforço voltado à qualidade de vida dos educandos e transformando-os em cidadãos responsáveis, onde haja o respeito diante da diversidade e diferenças. Para que o processo de inclusão aconteça é importante a integração sócio afetiva, respeitando e se adequando às características do aluno, dando-lhes oportunidades e visando um ambiente inclusivo em busca de objetivos comuns.

Concluindo, a importância do professor nesse processo, pois através dele os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças, fazendo com que haja um ensino voltado à compreensão e respeito mútuo, sem discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos às particularidades, existindo são diferenças que precisam ser superadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I.K. **A formação Docente no Contexto da Educação Inclusiva**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação/PPGEDU. Porto Alegre, 2012.
- BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, DF, 22 set. 1946.
- _____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Brasília: Diário Oficial da União, DF, dez. 1996.
- _____. **Lei Federal 7.853** de 24 de outubro de 1989. Diário Oficial da União/Arquivo. Acesso em: 17/06/2009.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2 ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial. 2006
- BARBOSA, Dayse Patrícia P. et. al. **Educação Inclusiva: um olhar 'legal' de práticas pedagógicas no CAIC do Cabo de Santo Agostinho**. Pernambuco, 2008
- BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In R. Glat (Org.), *Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar* (2a ed., pp. 15-3). Rio de Janeiro: Sette Letras. 2015
- BUZATO, M.K. **Tecnologia, espacio temporalidade e educação: contribuições dos estudos sobre novos letramentos para uma reflexão sobre EaD e Universidade no Brasil**. In: *EaD em tela: docência, ensino e ferramentas digitais*. São Paulo: Pontes, 2013.
- CARVALHO, T. C. P. **Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaços para educação infantil**. 2008. 342 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos
- GLAT, Rosana; PLETSCH, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, 162p.
- LÜKE, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MACHADO, R. **Acessibilidade arquitetônica: deficiência física**. Brasília, MEC/SEESP, 2007.
- MARTINS, Lucia de Araújo Ramos. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva**. IN: MIRANDA, T.G; FILHO, T.A.G (Orgs.). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MRECH, L. M.. **Os desafios da educação especial, o plano nacional de educação e a universidade brasileira**. 2010
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006.
- RODRIGUES, Paula Cristina Raposo. **Multiculturalismo – A diversidade cultural na escola**. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 2013.

Silva KCB. **Educação inclusiva: para todos ou para cada um?** *Proposições*. 2010;21(1):163-178

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro:WVA,1997.